



Imigrantes suíços no Espírito Santo no Oitocentos: entre as representações de morigerados e indolentes

*Swiss Immigrants in Espírito Santo in the Eighteenth century:
between the representations of light-hearted and indolent*

*Inmigrantes suizos en Espírito Santo en el decimonoveno siglo:
entre las representaciones de morigerados e indolentes*

Maria Cristina Dadalto*

Resumo: Este estudo analisa os relatórios apresentados por Johann Jakob von Tschudi e por José Fernandes da Costa Pereira Junior sobre fatos ocorridos na Província do Espírito Santo, Brasil, em 1860. Tschudi, embaixador do governo da Confederação Helvética, produziu seu relatório após percorrer as colônias, em especial a Colônia Santa Leopoldina, onde imigrantes suíços, seus conterrâneos, encontravam-se assentados. Costa Pereira Junior, presidente da Província, reagiu revoltado à descrição apresentada pelo visitante contrapondo-se com veemência. O estudo ilustra eventos e mostra o jogo presente nas relações sociopolíticas e econômicas no cerne do projeto colonialista do Governo Imperial envolvendo atores diversos.

Palavras-chave: Imigração; Suíços; Espírito Santo; Colônia Santa Leopoldina.

Abstract: This study analyzes the reports presented by Johann Jakob von Tschudi and José Fernandes da Costa Pereira Junior on events in the Province of Espírito Santo, Brazil, in 1860. Tschudi, ambassador of the government of the Helvetic Confederation, produced his report after Colonies, especially the Colony Santa Leopoldina, where Swiss immigrants, their countrymen, were sitting. Costa Pereira Junior, president of the Province, reacted with revulsion to the description presented by the visitor, opposing himself vehemently. The study illustrates events and shows the present play in socio-political and economic relations at the heart of the colonialist project of the Imperial Government involving diverse actors.

Keywords: Immigration; Swiss; Espírito Santo; Colônia Santa Leopoldina.

Resumen: Este estudio analiza los informes presentados por Johann Jakob von Tschudi y José Fernandes da Costa Pereira Junior eventos en la provincia de Espírito Santo, Brasil, en 1860. Tschudi, embajador del gobierno de la Confederación Helvética, produjo sus informes después de Colonias, Especialmente la Colonia Santa Leopoldina, donde se encontraban inmigrantes suizos, sus compatriotas. Costa Pereira Junior, presidente de la Provincia, reaccionó con repugnancia a la descripción presentada por el visitante, oponiéndose con vehemencia. El estudio ilustra los acontecimientos y muestra el juego actual en las relaciones socio-políticas y económicas en el corazón del proyecto colonialista del Gobierno Imperial que involucra a diversos actores.

Palabras clave: Inmigración; Suizos; Espírito Santo; Colônia Santa Leopoldina.

* Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Ciências Sociais, Programas de Pós-Graduação em História e de Ciências Sociais.

Em meados do Oitocentos, uma rebelião provocada por imigrantes suíços numa fazenda no interior de São Paulo, mesmo circunscrita a um espaço específico e rapidamente contornada, provocou efeitos que repercutiram no curto e no médio prazos no Brasil e no exterior. De modo que alguns anos mais tarde as reverberações deste fato se fariam ressoar na Província do Espírito Santo, mais especificamente na Colônia Santa Leopoldina, objeto de análise deste artigo.

As interseções e as disputas políticas entre fatos sucedidos no cotidiano e com diferentes grupos sociais nas províncias de São Paulo e do Espírito Santo e contidos neste evento histórico são uma demonstração sobre os conflitos ocorridos durante o processo da imigração e modernização no Brasil do século XIX. Neste sentido, envolveram narrativas que se entrelaçam movidas por contestações tecidas em dessemelhantes representações e projetos dos atores envolvidos.

Nesta direção, busca-se debater tais fatos a partir de uma análise dos relatórios produzidos pelo embaixador da Confederação Helvética¹ Johann Jakob von Tschudi² e pelo presidente da província do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira Junior sobre a Colônia Santa Leopoldina, localizada na província do Espírito Santo. O objetivo é discutir as representações de imigrantes suíços e da elite governamental sobre o processo de colonização em curso. Nosso argumento é que tal processo foi permeado pelas tensões que interpunham os diversos interesses sociopolíticos e econômicos dos grupos em disputa na configuração do modelo de ocupação de terras públicas em curso no país.

A Colônia Santa Leopoldina, a maior do Espírito Santo, e uma das maiores do império, foi fundada em 1857 e contava com diferentes grupos imigrantes estrangeiros assentados – suíços, alemães, franceses, holandeses, poloneses, italianos dentre outros. Seu início foi relativamente conturbado, principalmente pela escolha inapropriada de terras que foram destinadas ao primeiro grupo de colonos, principalmente suíços (SOPRANI, 2015). Em 1874 o Governo criou mais dois estabelecimentos ligados à Colônia Santa

Leopoldina: o núcleo Timbuy e o núcleo Santa Cruz, conforme se verifica no mapa abaixo. Ambos povoados predominantemente por italianos.



Mapa 1. Representação da colônia Santa Leopoldina.
(Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2015)

No contexto do período imperial, a Província do Espírito Santo fez parte do programa do governo com vistas a incentivar a imigração estrangeira para ocupação de territórios e ampliação de mão de obra por meio da formação de núcleos coloniais. Nesta direção, o modelo implementado foi o do assentamento dos imigrantes em pequenas propriedades, diferentemente do modelo implantado em São Paulo e no Rio de Janeiro cujo objetivo era o emprego dos imigrantes em grandes fazendas.

Rocha (2000) considera que a corrente imigratória, cujo objetivo inicial era o povoamento, ganhou com o tempo o propósito de suprir o Império com mão de obra decorrente da escassez proveniente da proibição do tráfico negreiro. Registra, porém, as divergências dentro do governo, do parlamento, entre as elites econômicas, principalmente de grandes produtores rurais, quanto

¹ A Confederação Helvética foi precursora da moderna Suíça. Era uma junção de pequenos estados independentes que existiu entre o século XIII até 1798, quando foi invadida pela República Francesa de Napoleão Bonaparte (CASTRO; AGUADO, 2010).

² Natural de Glarus, na Suíça, Johann Jakob Von Tschudi esteve de 1857 a 1859 pela primeira vez no Brasil, país ao qual retornaria em 1860, na qualidade de embaixador da Confederação Helvética para verificar a situação de emigrados suíços após a crise provocada pelo levante da Fazenda Ibicaba (DREHER, 2012).

à forma de sistematização desses imigrantes. Um dos pontos de discordância era sobre o assentamento para o trabalho em grandes propriedades de café, mesmo que no modelo de parcerias, ou se por meio de incentivo ao empreendedorismo rural com a criação de núcleos coloniais. Este último formato foi o que prevaleceu no Espírito Santo.

De modo que a colonização, com a consequente expansão da ocupação do território do Espírito Santo, tem início na primeira metade do século XIX. Mais especificamente a partir de 1847, quando o governo busca alternativas para transformar economicamente a Província e inicia o processo de assentamento de migrantes estrangeiros – há de se observar que de 1535 até a metade do século XIX somente uma pequena parte do território era colonizado e que este processo também atraiu desde sempre trabalhadores migrantes nacionais.

Entre os anos de 1847 a 1900 chegaram oficialmente no Espírito Santo um total de 44.510 imigrantes estrangeiros (HESS; FRANCO, 2003). A maior parte foi localizada nas regiões Centro e Sul, ficando o Norte ainda praticamente isolado – a criação de algumas poucas colônias deu-se somente a partir de 1880.³ De acordo com Rocha (2000), o processo imigratório de assentamento de estrangeiros no solo espírito-santense se desenvolveu em três fases: 1847 a 1881, 1882 a 1887, e 1888 a 1896. Os imigrantes que chegaram nesse período têm origens diversas: alemães, pomeranos, suíços, luxemburgueses, prussianos, austríacos, holandeses, badenses, poloneses, italianos, sírio-libaneses, chineses, dentre outros.

Ressalta-se que a essa época, o Espírito Santo era comandado por presidentes provinciais deslocados de outras regiões e por curtos períodos de tempo. Entre os anos de 1830 a 1889 foram 55 presidentes provinciais, porém, em geral, a vice-presidência cabia a latifundiários locais. Também importantes postos administrativos eram ocupados pela elite regional. Segundo Banck (1977), tal contexto de disputas provocava tensões constantes, em parte relacionadas à alocação de dinheiro público, com reflexo em decisões acerca da definição de rotas de estradas e de lugares para a construção de pontes. Tais fatores são cruciais para se entender a conjuntura socioeconômica e política do Espírito Santo daquele período.

³ É a partir do primeiro quartel do século XX, com a crise do café e a necessidade crescente do governo de expandir a fronteira na vertente Norte do vale do rio Doce, que o movimento colonizador aumenta na região por meio de um intenso processo de migração interna (DADALTO, 2007).

Nessa tessitura ganha contorno inusual o fato de parcela dos migrantes assentados na primeira etapa do processo de introdução de imigrantes estrangeiros na província do Espírito Santo, mais especificamente na Colônia Santa Leopoldina, ser justamente composta por suíços vindos das fazendas em conflitos em São Paulo. Eram imigrantes que chegavam já insatisfeitos, com a perspectiva de melhorar de vida frustrada pelo escasso rendimento pecuniário obtido desde o início da aventura migratória da Suíça para o Brasil.

A rebelião nas fazendas paulistas

O evento gerador dos problemas que encontraram eco posteriormente no Espírito Santo aponta como data emblemática o dia 24 de dezembro de 1856. Neste dia, a Fazenda Ibicaba, localizada em Limeira, São Paulo, de propriedade do senador Nicolau Pereira dos Santos Vergueiro, foi abalada por uma rebelião promovida por um grupo de 85 imigrantes suíços liderados pelo mestre-escola Thomas Davatz. O acontecimento em si teve resolução rápida, mas sua repercussão foi ampliada e suas consequências se fizeram sentir para além dos limites do espaço geográfico daquela Província, com reverberações bem além de seu tempo.

A Fazenda Ibicaba, já nos anos de 1847, havia sido pioneira na importação de mão de obra estrangeira para trabalho nas lavouras de café pelo sistema de parceria, em substituição à mão de obra escrava. O senador Vergueiro, seu proprietário, era conhecido por combater o sistema de colonização por doação de terras. O discurso do senador, considerado politicamente um personagem público importante no período, pregava que não era justo que se concedesse terras a estrangeiros e que se as negasse aos nacionais (HOLANDA, 1941).

Cabe observar que o estímulo ao estabelecimento de imigrantes no Brasil tem início no período da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Tal fato ocorre no contexto da abertura dos portos e da publicação do Decreto Real de 25 de novembro de 1808 que permitiu a concessão de terras por sesmarias aos estrangeiros residentes. Tal política de colonização envolvendo imigrantes europeus se prolongou até 1830, quando esta modelagem foi interrompida. Já na conjuntura dos debates políticos sobre a extinção do tráfico de escravos e da regulação fundiária, ela voltou a ser realizada, em 1845 (SEYFERTH, 2014).

É necessário analisar o posicionamento do senador Vergueiro de forma crítica e contextualizada.

Isto porque a imigração estrangeira em São Paulo no século XIX tinha, em princípio, como objetivo substituir o braço escravo pelo imigrante, e não o intuito de colonizar. De acordo com Moraes (1941, p.01), “Em São Paulo a imigração processou-se de maneira inteiramente diferente. Foi a repressão ao tráfico e o conseqüente encarecimento do escravo que estimularam a imigração. Não houve colonização, mas importação de braços”.

Nesta conjuntura é que o senador Vergueiro implantou o sistema de condução de mão de obra para sua fazenda, a partir da empresa Vergueiro e Companhia, tendo como suporte um processo de atração de mão de obra europeia. Buscava conquistar, principalmente, alemães e suíços para trabalhar em sua propriedade e na de outros grandes produtores rurais. Para atender este objetivo, prometia aos colonos que estes teriam o pagamento do transporte do país de origem até o Brasil e que cuidariam de uma determinada área de lavoura de café, recebendo parcela dos lucros pela parte que lhes cabia (SZMRECSÁNYI; LAPA, 2002).

Resta esclarecer, segundo Beiguelman (1982), que esta parcela de lucro a que o colono teria direito era a metade do valor líquido obtido após a venda do café. Mas também que metade da renda líquida anual obtida pelos imigrantes ficava retida com o fazendeiro para que ele descontasse as dívidas contraídas no processo entre a saída do país de origem e o assentamento na fazenda. Eram dívidas como passagens e sustento nos primeiros tempos no Brasil e que, ao final, resultavam em percentual de receita muito parco para os imigrantes.

Atraído pela propaganda de um futuro melhor no Brasil, um franzino mestre-escola aportou em Santos em junho de 1855, junto com um grupo de suíços. Segundo Holanda (1941), na distância que cobria de Santos à fazenda Ibicaba havia poucas cidades levando-se, no mínimo, 50 horas para se chegar ao destino. Entrementes, na fazenda, a relação entre proprietário e colonos não era boa. No anexo da Repartição Geral de Terras, no relatório do Ministério de Estado dos Negócios do Império (1857), o diretor geral, Manoel Felizardo de Souza e Mello, em 30 de março de 1857, relata que a Colônia Ibicaba – a primeira estabelecida no Império pelo sistema de parceria e na qual habitavam 912 pessoas – não estava bem.

De acordo com Beiguelman (1982, p. 31), “O sistema era de molde a gerar atritos entre fazendeiros e colonos”. Isto porque foi estruturado de maneira a privar o colono de uma oportunidade econômica que lhe protegesse efetivamente: já iniciava o trabalho com

dívidas. Além disso, o enquadramento organizacional do trabalho na colheita do café não oferecia oportunidade de ampliar os ganhos.

Neste mesmo relatório, Souza e Mello assegura que desde dezembro de 1855 havia sinais de que os colonos estavam desgostosos de sua atuação na fazenda. E que havia determinado ao presidente da Província que investigasse o caso, antes mesmo da chegada dos suíços, no mês de abril. Contudo, esclarece em seu relatório, essas investigações só ocorrem após os conflitos de dezembro. O diretor geral expressa ainda que o próprio Vergueiro, em carta ao presidente da Província, havia relatado que os eventos teriam acontecido “por sugestão de um certo ‘Oswald’, dominado por ideias comunistas e desorganizadoras, tendo por seu instrumento o colono suíço Thomas Dasvatz”⁴ (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1857, p. 23), que exercia o cargo de mestre-escola na colônia.

Assim é que na véspera do Natal, dia 24 de dezembro de 1856, Davatz e outros oito colonos foram ao senador Vergueiro solicitar autorização para enviar às autoridades superiores uma representação assinada pelos colonos suíços, sem explicar o que seria essa representação. O fazendeiro não concordou e determinou que Davatz deixasse a propriedade em 30 dias. O grupo então partiu, juntou-se a outros colonos e “prorromperam em algazarras, e dispararam tiros no ar, mas não praticaram outros excessos”, esclarece o diretor geral no relatório produzido (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1857, p. 23).

Os suíços protestavam contra as condições de trabalho e da desconfiança em relação aos acertos das contas realizadas pelo Senador Vergueiro. Após este acontecimento, houve um interrogatório oficial, algumas medidas foram revistas, muitos colonos disseram-se arrependidos e continuaram suas vidas cotidianas na Província. Davatz, porém, um homem culto, perenizou aquele acontecimento em um relatório publicado na Suíça, para onde ele retornou após os fatos que o envolveram no Brasil.

A obra de Davatz foi publicada em 1858 com o extenso título: “O tratamento dos colonos na Província de São Paulo no Brasil e seu levante contra os seus opressores. Um pedido de misericórdia e de socorro às autoridades e aos filantropos dos países e estados aos quais pertencem os colonos”. Um título autoexplicativo e sugestivo sobre as mazelas sobre as quais Davatz assegurava ter vivido no Brasil juntamente com outros colonos.

⁴ O nome de Davatz está grafado errado no relatório.

Após a publicação do livro de Davatz, o governo suíço determinou uma investigação sobre as condições de vida de seus concidadãos no Brasil. Esta tarefa coube ao embaixador da Confederação Helvética Johan von Tschudi, que primeiro visitou e avaliou as colônias de São Paulo, em 1858 e, dois anos depois, em 1860, fez uma visita a três colônias no Espírito Santo, dentre elas a Colônia Santa Leopoldina, objeto desta análise.

Conhecedores dos fatos ocorridos no Brasil, os governos da Alemanha e da Suíça já haviam criado medidas de restrição à vinda de novos imigrantes para São Paulo. Tais restrições também se fizeram presentes na Província do Espírito Santo, tendo em vista o livro de Davatz. No livro, Davatz apresenta a contrapelo outra história sobre o modelo padrão de conhecimento dos fatos da colonização no Brasil. Por meio de seu relato, ele expunha a conhecimento as frustrantes marcas da experiência coletiva e individual vividas. Assim, em vez das encantadoras narrativas relatando as bem-aventuranças produzidas no e pelo país da Cocanha⁵, o livro possibilitava o conhecimento da história pela parte mais interessada: o colono.

De acordo com Cohen (2001), em 1933 o escritor Mário de Andrade chegou a afirmar que o livro de Davatz era o primeiro, de seu conhecimento, que oferecia a oportunidade de se discutir especificamente sobre a luta de classes e as reivindicações proletárias no Brasil colonial. Devendo por isso, avaliava Andrade, figurar entre as principais obras de análise para se compreender a constituição do povo brasileiro.

Davatz dividiu seu relato em três partes: 1) esclarecimentos prévios e necessários sobre certas condições brasileiras; 2) o tratamento dos colonos na província brasileira de São Paulo, 3) a sublevação dos colonos contra os seus opressores. Nele, comparava a vida dos imigrantes a de escravos, demonstrando como a dívida inicial não se pagava com facilidade, uma vez que havia juros e a esses se agregavam as despesas correntes. Em um dos trechos, conta como sonhava em emigrar, primeiramente para a América do Norte, depois para o Brasil:

⁵ O país da Cocanha é uma representação utópica de uma terra de prazeres e de abundância, de harmonia social e de liberdade sexual, onde não há espaço para o sofrimento, o envelhecimento e o esforço do trabalho. Esta ideia foi construída na segunda metade do século XII, por um poeta anônimo do norte da França que imaginou um país maravilhoso, cujos componentes foram recolhidos quer da literatura clássica, quer da cultura folclórica e atualizados pelos elementos de sua época (FRANCO JÚNIOR, 1998).

Por fim certas circunstâncias vieram facilitar uma colocação nas colônias da província brasileira de São Paulo. Em companhia de numerosos outros emigrantes embarquei na primavera de 1855 para essa terra mas não tardei em chegar às convicções que de tantos outros arrancaram aqueles lamentos. ‘Desta vez estou perdido!’ O mais triste é quando se chega a descobrir isso, quando percebemos que uma nova escravidão nos submergiu e que dessa escravidão é mais difícil escapar-se do que à tradicional, que de há longa data jungiu os negros africanos (DAVATZ, 1941, p. 48).

Neste fragmento de seu texto, Davatz (1941) expõe com crueza a desilusão do sonho de viver no país da Cocanha, apresentando os indícios do sofrimento e dos maus-tratos vivenciados na fazenda do Senador Vergueiro. Por meio de outras denúncias, mais grupos de colonos suíços, contudo assentados em outras fazendas localizadas na Província de São Paulo, também informavam que enfrentavam problemas semelhantes aos vivenciados pelos imigrantes que trabalhavam na fazenda Ibicaba (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1857, p. 25). Em decorrência da visibilidade que as revoltas dos imigrantes suíços suscitaram repercutindo, sobretudo junto ao Governo Suíço, o Governo Imperial decidiu enviar os imigrantes suíços assentados em fazendas de Ubatuba, também na província de São Paulo, para a Colônia Santa Leopoldina, no Espírito Santo (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1857, p. 26). Esta Colônia estava ainda em fase de implantação.

O diretor geral da Repartição Geral de Terras, Manoel Felizardo, justificou a decisão de enviar esse grupo para o Espírito Santo alegando que o governo estava convencido de que os imigrantes não poderiam permanecer nas fazendas paulistas sem que ocorressem novos graves problemas (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1857, p. 26). Com essa justificativa, o diretor geral sinaliza que os suíços já chegam a Colônia Santa Leopoldina com uma representação de desordeiros, fato que possibilita desde o princípio o lançamento de um olhar estereotipado sobre esse grupo imigrante.

Contudo, ao lançarmos em perspectiva a narrativa de Davatz encontramos um outro ponto de vista a lançar luz sobre o cerne das disputas e representações que permeavam as relações e interações entre imigrantes, fazendeiros e governo:

Habitados, desde a infância, a tratar com escravos e não terem aprendido até aqui a respeitar os direitos que assistem a um trabalhador livre. Aos

olhos desses homens o colono só vale mais que os africanos pelo fato de proporcionar lucros maiores e de custar menos dinheiro. Em seu orgulho balofo eles encaram os colonos europeus com o desprezo que merecem os pretos escravos e por conseguinte acham inconcebível o fato de nós os colonos nos termos agitado e clamado por uma sindicância (DAVATZ, 1941, p. 233).

No relato de Davatz apresentam-se os sentimentos e desejos dos suíços que vieram com a promessa de ter terra para trabalhar e não aceitaram se submeter às condições impostas por aqueles que eles consideravam usurpadores de seus direitos. Nesse desabafo ele expõe, de um lado, a promessa contida na expectativa das condições de trabalho e, no mínimo, de sobrevivência dignas; e de outro, a compreensão de que os fazendeiros e o governo desejavam receber indivíduos subservientes, que se submetessem às circunstâncias impostas.

Os suíços vindos de Ubatuba chegaram à Colônia Santa Leopoldina em março de 1857, possivelmente antes que ela estivesse com sua infraestrutura realmente preparada para receber esse grupo (SOPRANI, 2015). Ao enviá-los, o governo buscava atenuar o clima de revolta que se instalava nas colônias paulistas. Ao mesmo tempo, talvez procurasse ainda inibir a circulação de notícias sobre a condição daqueles imigrantes na Europa, notícia que dificultaria a adesão de novos colonos.

Para cada família do grupo que veio para o Espírito Santo, segundo o diretor geral da Repartição Geral de Terras, foi determinado um lote de terras de 200 braças de frente, tendo o fundo de 200 a 600 braças. Além disso, durante os primeiros seis meses cada adulto receberia 320 réis para alimentos; crianças de cinco a 10 anos, 200 réis; e os menores desta idade e maiores de 18 meses, 160 réis por dia. Entretanto, os colonos estavam obrigados a indenizar o governo, num prazo de até oito anos, pelos adiantamentos feitos para alimentação e seu transporte (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1857, p. 20).

O representante da Repartição Geral de Terras acreditava vislumbrar para os imigrantes suíços um futuro lisonjeiro na Colônia Santa Leopoldina. Tal julgamento era fundamentado na concepção de que a localidade escolhida para o assentamento era numa terra fértil, que oferecia facilidade de comunicação com a capital da província e contava com abundância de terrenos devolutos.

A colônia era, contudo, apenas uma promessa, pois o governo central sequer montara efetivamen-

te um escritório da Repartição Geral de Terras na capital da província. A Província, de acordo com Renzo Grosselli (2007, p. 200): “não estava preparada para a chegada de imigrantes. A própria nação não conhecia estruturas burocráticas e técnicas adequadas a este fim”.

Assim, cerca de três anos após os acontecimentos na fazenda Ibicaba, e com imigrantes suíços provenientes de Ubatuba já instalados no Espírito Santo, a colônia de Santa Leopoldina recebeu, entre os dias 28 de outubro e 17 de novembro de 1860, uma visita formal do embaixador da Confederação Helvética, Johann Jakob von Tschudi. O objetivo era observar o cotidiano dos suíços assentados na colônia.

O olhar de Tschudi

Tschudi visitou as colônias Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo do Sul. Das três, a de Santa Leopoldina foi a que o deixou mais indignado, mostrando-se inclusive cético em relação ao futuro desse empreendimento. Em suas palavras:

Parece inconcebível que o Governo Imperial tenha escolhido essa fatal localidade para uma colônia, numa Província tão rica em regiões muito férteis. [...] O presidente, Pereira de Barros, que nunca vira a região, enviou ao governo um relatório muito favorável, com observações sobre a fertilidade das terras que haviam sido escolhidas. A intendência geral enviou agrimensores para medir os lotes dos colonos; esses empregados ou não reconheceram a má qualidade do solo ou, se reconheceram, nada disseram. Encontrei entre os documentos um relatório do falecido diretor, Pfuhl, que ainda este ano, assinalava a extrema fertilidade dessa área (‘terras ubérrimas’). Não sei se é o julgamento de um entusiasta cego, ou o que mais se pode pensar. De minha parte, pude me convencer de que nada é mais falso (TSCHUDI, 2004, p. 33).

A percepção do resultado da visita de Tschudi está reproduzida em duas obras por ele publicadas: um relatório oficial, denominado *Rapport de l’Envoyé Extraordinaire de la Confédération Suisse au Brésil* (Relatório do enviado extraordinário da Confederação Suíça ao Brasil), apresentado ainda no Brasil, em 20 de dezembro de 1860. E um livro-documentário, publicado em Leipzig entre os anos de 1866 e 1867, com o título *Reisendurch Südamerika* (Viagens à

América do Sul).⁶ De acordo com Rocha (2004), a segunda obra é complemento da primeira – porém é bem mais incisiva e com uma narrativa produzida com maior rigor e crueza sobre os fatos observados.

Em seu relatório, Tschudi até reconhecia que estavam sendo feitos esforços por parte do Governo Imperial para resolver os problemas que se apresentavam, mas ele não acreditava no sucesso dessas iniciativas. Até mesmo condenava alguns de seus conterrâneos por considerá-los sem disposição para o trabalho e indolentes. Para ele:

[...] a sorte de nossos compatriotas estabelecidos na Colônia de Santa Leopoldina é das mais tristes. Se bem que alguns deles, dados à ociosidade e à bebida, devam a si próprios parte de seu sofrimento, não se pode negar que o solo ingrato, os prejuízos resultantes da distribuição arbitrária da terra e uma administração irregular sejam as principais causas da miséria atual e do futuro sem esperança dos colonos (TSCHUDI, 2004, p. 42).

Já distante do Brasil, Tschudi se considerou mais livre para suas considerações e comentários. Assim, no livro *Reisen durch Südamerika*, levantou suspeição até mesmo sobre o vice-presidente à época, o coronel Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida, em relação aos critérios utilizados para a escolha dos terrenos para a colônia Santa Leopoldina.

Tschudi apontava que o vice-presidente tinha um enteado, dono de um armazém no porto do Cachoeiro, e que o negócio se tornou muito lucrativo após a instalação da colônia. Assinala também a corrupção entre os diretores, acusando-os de terem ficado ricos ao se apropriarem de dinheiro destinado aos colonos (TSCHUDI, 2004). Esta acusação era respaldada pelo fato de o vice-presidente (no exercício da presidência) Eduardo Pindahiba de Mattos, em 1864, ter determinado que os pagamentos fossem efetuados diretamente pelo governo (ESPÍRITO SANTO, 1864, p. 89).

Em seu relatório, Tschudi assegura, também, que filhas e mulheres de colonos se prostituíam para ter o que comer. E relata ter ouvido histórias de pessoas que ele considerava probas e fidedignas sobre o que ocorria em Porto da Cachoeira. Lugar, segundo ele, onde “as mulheres e filhas de colonos entre-

gavam-se aos brasileiros por uma ou algumas patacas a fim de comprar algum mantimento, e mais tarde arrastam um corpo corroído pela sífilis” (TSCHUDI, 2004, p. 77).

Sobre esta narrativa, é importante considerar todo o sentido nela explicitado. Isto porque, ao relatar que ouviu e não que viu os fatos descritos, Tschudi objetiva as representações construídas sobre a realidade dos suíços no Brasil, expressando o seu envolvimento com os imigrantes e o seu descontentamento e indignação com a situação que encontrava instalada no seio da Colônia. Expõe desse modo todo o sentimento de contrariedade com o que havia se deparado no cotidiano do interior das colônias, mais especificamente na de Santa Leopoldina.



Foto 1. Albert Richard Dietze. *Colônias de imigrantes europeus, 1869-1878*. Acervo FBN. (Fonte: BRASILIANA FOTOGRAFIA, 2017)

Há de se observar também nesse processo a difícil comunicação e a desconfiança reinantes entre imigrantes e membros do Governo Imperial. Neste sentido, chama atenção a queixa dos imigrantes suíços alegando que tinham sido enganados pelo governo imperial e pelo ex-cônsul suíço, David,⁷ que haviam prometido encaminhá-los para a colônia Santa Maria, mas os enviaram para a de Santa Leopoldina. Tschudi

⁶ Estes dois documentos estão referenciados no prefácio do livro “Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860/Johann Jakob von Tschudi”. Produzido pela historiadora Gilda Rocha (2004).

⁷ Esta informação aparece no relatório de Tschudi sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo presente no livro “Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860/Johann Jakob von Tschudi” (2004, p. 36). No relatório não consta o nome completo do ex-cônsul suíço.

esclarece, então, tratar-se da mesma colônia que teve o nome alterado por decreto do imperador em homenagem à filha. Contudo nenhum dos imigrantes teria acreditado nesta mudança (TSCHUDI, 2004).

Tschudi (2004, p. 81), em seu relatório, também fez críticas ao ministro do Interior, João de Almeida Pereira Filho, por ter contratado os serviços do fotógrafo francês Victor Frond, por “muitos milhares de táleres do fundo reservado aos colonos para fotografar as colônias da Província do Espírito Santo. Para ele, as fotografias foram produzidas com vistas a retratar uma etnopaisagem diferente da realidade, uma vez que nelas:

Não se viam as figuras pálidas, inchadas, com olhos fundos, desanimadas, cambaleantes, muito menos os infelizes no duro leito de dor lutando contra a doença e a fome, e as crianças franzinas gritando por alimento às suas mães curvadas de desgosto, nem as mulheres e meninas que, de madrugada saem sorratamente das casas dos funcionários públicos em Porto da Cachoeira para comprar na venda algum mantimento com o ganho de seu abjeto serviço noturno, para o qual a necessidade amarga as empurrava (TSCHUDI, 2004, p. 81).

Nesses relatos percebe-se que as representações sobre e dos imigrantes suíços e sobre e dos membros do Governo Imperial e Provincial eram fundadas num jogo no qual o descontentamento e a desconfiança eram constantes entre os dois grupos. Alimentados por diferentes visões de mundo, e nos quais há um estranhamento constituído pelos conflitos presentes no projeto de cada grupo.

O objetivo da contratação do serviço fotográfico de Victor Frond, com vistas a mostrar as colônias⁸ e não os colonos, é questionado por Tschudi. Até porque, o que viu e observou na visita à Colônia Santa Leopoldina desqualifica qualquer conteúdo imagético com possibilidade de transformação da realidade dos fatos verificada, cujos estabelecidos encontravam-se em situação de penúria.

De tal modo, convém lembrar que os imigrantes vêm para o Brasil com o propósito de participar de um projeto de colonização cuja forma instituída foi a

exploração agrícola baseada na concessão de pequena parcela de terra. De acordo com Seyferth (2014), o projeto de povoamento do território patrocinado pelo Governo produziu debates e leis políticas restritivas, mas também ensejou disputas sobre raça, eugenia, ideologias políticas e formação nacional cuja base eram as ideias de assimilação e caldeamento.

Assim, os relatórios revelam que a presença dos suíços era princípio da intenção governamental que visava “promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil”, conforme está expresso no decreto de 6 de maio de 1818 assinado por D. João VI. A este intento, constata Seyferth (2014, p. 115), “O imigrante desejado pelo Estado devia ser agricultor, em idade produtivo, preferencialmente casado, sem antecedentes criminais, morigerado”. Em contraponto a este desejo do governo havia o da elite política empresarial brasileira, necessitada de encontrar soluções para substituir os braços do trabalhador escravizado.

A visão do Império

O carioca e bacharel em Direito José Fernandes da Costa Pereira Júnior tinha 28 anos quando assumiu a Província do Espírito Santo, em 22 de março de 1861. Passados dois meses de sua posse, em 23 de maio, na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, apresentou seu primeiro relatório sobre a Província do Espírito Santo. Destinou quase 20 páginas ao tema colonização e apontou como estava a situação das colônias (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 67-87).

Especificamente sobre a Colônia Santa Leopoldina, avaliou os suíços de modo negativo. Partindo de uma caracterização do perfil dos imigrantes por ele produzida, ajuizou que estes haviam chegado sem conhecer nada a respeito dos gêneros agrícolas do país. Tal inépcia os teria levado a realizar cultivos de maneira equivocada, provocando prejuízos. Para Costa Pereira Junior, os colonos se constituíam, como grupo, de forma inversa ao almejado perfil morigerado. Ele os considerava imprevidentes, descuidados de seus afazeres, despreocupados com o trabalho e com o futuro (ESPÍRITO SANTO, 1861).

No relatório do ano de 1862, Costa Pereira Junior respondeu às questões levantadas pelo representante da Federação Suíça. Referindo-se ao relatório produzido por Tschudi, afirma que a Colônia Santa Leopoldina tinha sido vítima de uma injusta

⁸ As 16 fotografias produzidas por Victor Frond estão disponíveis no livro *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*, em posfácio escrito por Cilmar Franchetto.

condenação.⁹ O problema, na sua avaliação, é que Tschudi fez seu julgamento a partir de uma visita rápida, o que o teria levado a cometer equívocos. Costa Pereira Junior creditava ao fato de Tschudi ser um estadista e um homem da ciência a forma como o relatório produzido fora aceito pelos membros dos governos da Suíça e do Brasil, gerando mal-estar acerca dos resultados apresentados (ESPÍRITO SANTO, 1862).

Convocado a mediar o mal-estar incitado pelo relatório do representante suíço, e enredado no jogo diplomático, o presidente da Província diz que não se podia culpar Tschudi, mas sim à falta de tempo de sua breve visita e a má influência que deve ter causado sobre ele a imagem de miséria a que estavam mergulhados os compatriotas suíços. Contudo, Costa Pereira Junior amplificara o conflito ao reconhecer que a administração Provincial tinha cometido a fatalidade de não selecionar o lugar mais adequado para o estabelecimento da colônia. Mas em contrapartida afiançava que o motivo mais grave a retardar o progresso da Colônia foi o fato de que os suíços “já conhecidos em Ubatuba como indolentes e de hábitos irregular” (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 37) não possuíam atividade, energia e paciência para o trabalho de lavrador.

As afirmativas de Costa Pereira Júnior estão referenciadas nos fatos sobrevindos envolvendo os colonos suíços antes do assentamento no Espírito Santo, mais especificamente naqueles ocorridos nas fazendas em Ubatuba e Limeira. Dessa maneira, Costa Pereira Júnior encontrava na manifestação de protesto dos suíços em São Paulo um fator de desestabilização para os episódios em curso em Santa Leopoldina. Na perspectiva de Pereira Júnior o antes, em São Paulo, determinava o depois, em Santa Leopoldina.

Para o presidente da Província, os migrantes suíços haviam se rebelado por conta de uma proposta de sistema de parceria implantado, inclusive por iniciativa de Nicolau Vergueiro em São Paulo nos anos 40 (BEIGUELMAN, 1982) e que os levava a ficar

sem expectativa de futuro. Foram, então, transferidos para participar de um sistema de colonização por núcleo no Espírito Santo, onde também encontraram fatores adversos, desde o recebimento de terrenos inadequados até medição incorreta. Todavia em sua assertiva de defesa das ações do governo ele busca desqualificar e desconsiderar tanto os suíços quanto os contextos de promessas contidos na migração para o Brasil.

Nesse sentido, o presidente da Província avaliava injusto julgar o desenvolvimento das atividades dos colonos e da colônia no curto espaço de sua fundação, apenas cinco anos. Principalmente considerando, segundo ele, que a maioria dos colonos não era composta de agricultores, nem dedicada ao trabalho.

Este espaço torna ainda menos suficiente para a prosperidade se considerarmos que os primeiros colonos, em sua maioria se não na totalidade não se distinguem por índole laboriosa, nem se compunham de agricultores, defeitos que se notam na maior parte dos emigrantes estabelecidos não só nesta como em quase todas as colônias do Brasil. [...] Por ventura o colono Europeu que se dirige à terra ainda inculta do Brasil pretendia encontrar em sua nova pátria como que uma rica comunidade monástica onde cada um tenha a mesa e o leito e encontre a satisfação de todas as necessidades da vida sem outro trabalho além da oração (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 38).

Costa Pereira Júnior imputava aos colonos a culpa da própria desgraça. Acreditava que mesmo que os suíços tivessem recebidos terras férteis às margens do Rio Doce, juntamente com instrutores, pagamento de diárias, áreas já com desmate e pastos prontos, o resultado não seria muito diferente do que Tschudi encontrou em Santa Leopoldina. Assim, considerava os migrantes como “hospedes ingratos” que estariam exagerando e prejudicando a possibilidade de vinda para o País “de homens laboriosos do velho mundo que achariam entre nós vantagens reais e incontestáveis” (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 40).

Por meio deste relatório, o presidente da Província do Espírito Santo expõe com todo vigor seu julgamento do outro, no caso, dos migrantes suíços. A absoluta franqueza com que relata sua representação dos fatos é sintomática da intolerância que permeava as relações e as disputas entre os membros das elites brasileiras, que se deparavam com a necessidade de mudança batendo à porta. Nesta direção, ele objetiva com total

⁹ Trinta e cinco anos após este episódio, em julho de 1895, o governo italiano proíbe a emigração para o Espírito Santo com base em relatório produzido pelo Cônsul Real em Vitória, Carlo Nagar, a partir de denúncias sobre as condições a que eram submetidos os imigrantes ao chegar ao Espírito Santo: as más condições de transporte da capital para os núcleos coloniais ou fazendas; o longo tempo que os imigrantes tinham de permanecer nos barracões enquanto aguardavam a medição dos lotes; carestia de gêneros alimentícios no interior e a falta de assistência médica, escolar e religiosa para os imigrantes (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2001).

insensibilidade a representação construída sobre os imigrantes suíços.

Encontra-se esta percepção do presidente da Província ancorada numa imagem de branco laborioso e, que estranhamente, aceitaria se submeter a qualquer condição humana de trabalho que o novo mundo lhe oferecesse. É como se afirmasse que o Brasil, terra da Cocanha, é o lugar das vantagens reais e incontestáveis não mais possíveis na velha Europa. Para dela usufruir, em troca, os imigrantes teriam de subjugar-se a toda e qualquer situação imposta, sem questionamentos e queixas.

Se antes eles haviam subjugado os negros africanos e os indígenas, naquela ocasião, época que já anunciava o fim do período da escravidão, havia interesses comerciais pressionando os governantes à política de imigração a ser adotada. Bem como inúmeros conflitos marcando a discussão da característica da política migratória em curso, vinculando-a ao povoamento e à colonização. Fato que dentre outros motivos acirrava os ânimos entre formuladores e executores do projeto estabelecido.

Embutido neste cenário socioeconômico e psíquico faz-se presente ainda a “tese do branqueamento e da seletividade eugenista derivada da suposta superioridade dos brancos” (SEYFERTH, 2014, p. 131). Costa Pereira Júnior, demonstrava, em seus relatórios, uma construção social preconceituosa e intolerante, baseada numa herança colonial de exploração e negação do direito do outro.

Considerações finais

A trajetória dos imigrantes suíços, cujas narrativas são reconstruídas a partir dos relatos de Davatz, e seu olhar de imigrante europeu, e de Tschudi, representante governamental suíço, permitem análises de diversos pontos de interseção e de representações sociais. Suas obras também indicam que influenciaram e mudaram as realidades regional, nacional e internacional.

Thomas Davatz, ao liderar a insatisfação de seu grupo e registrar a realidade de seus compatriotas naquele momento, provocou um rápido refluxo no modelo de exploração de mão de obra estrangeira pelo modelo de parceria em projeto no Brasil. O grande proprietário, acostumado ao modelo escravagista, em que sua palavra era definitiva, começou então a perceber que suas estratégias encontravam limites nessa nova forma de resistência. Não bastava definir as regras – era necessário negociá-las.

No Espírito Santo, o sistema não era de parceria; mas os suíços não se contentaram apenas com uma relação unilateralmente imposta também em território capixaba e manifestaram seu descontentamento. Tal insatisfação, pormenorizada por Tschudi, também contribuiu para que, mesmo a contragosto, os líderes da província mostrassem um pouco mais de preocupação com esse povo.

Estes relatórios demonstram, desse modo, que a imigração e a colonização em São Paulo e no Espírito Santo não foram nem de longe movimentos retilíneos. Ao contrário, foram permeadas por disputas de poder entre os atores envolvidos. Os teores destes relatórios destacam, desse modo, uma representação daquele processo que possibilita desconstruir por definitivo o mito romantizado que apresenta o Brasil como o país de Cocanha, ainda presente em alguns relatos.

Ao mesmo tempo, as obras de Davatz e de Tschudi e os relatórios provinciais de Costa Pereira Júnior nos ajudam a revisar a imagem de um período e de uma imigração em que o novo território não era e nem foi, de fato, um espaço de aventuras romantizadas. São pessoas e lugares que contextualizam eventos e mostram um entrecruzamento de acontecimentos tecidos em acirradas relações socioeconômicas e políticas nos níveis regional, nacional e internacional.

Um fértil campo relacional que modelou e impulsionou o movimento dialético dos confrontos diários do cotidiano presente no interior das colônias. Relações que captadas nos relatórios de Davatz e de Tschudi contestam a narrativa oficial produzida pelo presidente da Província, Campos Pereira Júnior. Num jogo de contraste, as narrativas de um e de outro lado constituem diferentes faces e representações de uma mesma realidade sociopolítica de um tempo histórico. Porque tais narrativas são enredadas por disputas de poder constitutivas do passado e do presente, com evidentes ressonâncias no futuro do país.

Tais ressonâncias – como a concentração do poder econômico pelos grandes produtores rurais, com desdobramento na concentração do poder político – se circunscritas ao modelo da política migratória implementada nos anos posteriores à revolta dos suíços ainda no século XIX, mas que não são objeto de análise deste artigo, implicaram na mudança do modelo de parceria proposto, na aprovação de subsídios à imigração mais atraentes do que os anteriormente adotados, no controle da política migratória na mão dos proprietários de terra, e na prioridade seletiva de etnias imigrantes.

Referências

- BANCK, Geert. *Caçar com gato: escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo*. 1977. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Amsterdam, Amsterdam, 1977.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Cristina Veloso de; AGUADO, Juventino de Castro. O novo federalismo e as tendências internacionais de integração. *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*. Fortaleza, jun. 2010. p. 3728-3741.
- COHEN, Ilka Stern. Thomas Davatz revisitado: reflexões sobre a imigração germânica no século XIX. *Revista de História*, São Paulo, v. 144, n. 1, p. 181-211, jun. 2001.
- DADALTO, Maria Cristina. Os rastros da identidade capixaba. *Revista Sinais*, v. 1, n. 1, p. 57-72, 2007.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Livraria Martins, 1941.
- DREHER, Martin N. O suíço Johann Jakob Von Tschudi (1818-1889) e suas leituras da América do Sul. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 50-60, dez. 2012.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Tradução Márcia Sarcinelli. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2007.
- HESS, Regina; FRANCO, Sebastião P. *A república e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Livraria Martins, 1941.
- MORAES, Rubens Borba. Apresentação. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Livraria Martins, 1941.
- ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.
- ROCHA, Gilda. Prefácio. In: TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. p. 17-26.
- SEYFERTH, Giralda. O Estado brasileiro e a imigração. In: SANTOS, M. O.; PETRUS, R.; PÓVOA NETO, H.; GOMES, C. (Org.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. p. 109-134.
- SOPRANI, Joel. *Laboriosos e morigerados ou indolentes e vadios: as múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos documentos governamentais entre 1847 e 1882*. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (Orgs.). *História econômica da independência e do império*. 2. ed. revista. São Paulo: Edusp. 2002.
- TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

Fontes

Documentos:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *O Espírito Santo e a imigração italiana. Relato do Cavaleiro Carlo Nagar. 1895*. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/O%20Estado%20do%20Espirito%20Santo%20e%20a%20Imigracao%20Italiana.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2001.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º vice-presidente dr. Eduardo Pindahiba de Mattos*. Vitória: Typ Liberal do Jornal da Victória, 1864.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia (23 de maio) da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azereado, 1861.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azereado, 1862.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 3 de maio de 1857*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1857.

Imagens:

FOTO 1. Albert Richard Dietze: *Colônias de imigrantes europeus, 1869-1878*. Acervo FBN. BRASILIANA FOTOGRAFIA. Dietze, Albert Richard. Colônias de imigrantes europeus. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=albert-richard-dietze>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

MAPA 1. *Representação da colônia Santa Leopoldina*. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Imigrantes_Livro_21_05_14.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Autora/Author/:

MARIA CRISTINA DADALTO maria.dadalto@ufes.br

- Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Ciências Sociais, Programas de Pós-Graduação em História e de Ciências Sociais. Laboratório de Estudos do Movimento Migratório.
- Universidad Federal del Espírito Santo, Departamento de Ciencias Sociales, Programas de Posgrado en Historia y Ciencias Sociales. Laboratorio de Estudios de Movimento Migratorio.
- Federal University of Espírito Santo, Department of Social Sciences, Post-Graduate Programs in History and Social Sciences. Laboratory of Migratory Movement Studies.